

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Orientada: Rosângela Maria de Souza¹
Orientadora: Ariceneide Oliveira da Silva²

RESUMO:

O presente artigo intitulado *A Importância da Leitura na Educação de Jovens e Adultos (EJA)*, apresenta uma discussão sobre a importância da leitura para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), como sendo uma ferramenta indispensável para um crescimento intelectual, inserção social e desempenho profissional desse cidadão. A proposta de pesquisa surgiu a partir do Estágio Supervisionado de Observação desenvolvido nessa modalidade de ensino. Os objetivos principais desse trabalho foram: refletir sobre a importância da leitura na Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como apresentar propostas de leitura para a modalidade de ensino da EJA. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo e bibliográfico, pesquisa bibliográfica e desenvolvimento de propostas metodológicas para o ensino de leitura com alunos da Educação de Jovens e Adultos. Foram usados como principais referenciais teóricos para a discussão da temática: Cordeiro (2018), Costa e Machado (2017), Almeida e Corso (2015), Larovere e Peres (2015), Capucho (2012), Freire (2011), Soares, Giovanetti e Gomes (2011), Paula e Oliveira, (2011), dentre outras referências, as que contribuíram de forma fundamental para o desenvolvimento da temática.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento. Educação de Jovens e Adultos. Importância da Leitura.

ABSTRACT:

The present article entitled *The importance of Reading in Youth and Adult Education (EJA)*, present a discussion about the importance of Reading from Youth and Adults Education (EJA), as an indispensable tool for intellectual growth, social insertion and professional performance as a citizen. The research proposal emerged from the Supervised Internship of Observation developed in this modality of teaching. The main objectives of this work were: reflect on the importance of Reading in Youth and Adult Education (EJA), as well as presenting reading proposals for the teaching modality of the EJA. The methodology used is qualitative and bibliographic, bibliographic research and development of methodological proposals for teaching reading with students of Youth and Adult Education. They were used as main theoretical references for the discussion of the theme: Cordeiro (2018), Costa e Machado

¹ Acadêmica do Curso de Letras IEAA/UFAM. Rosangela Maria de Souza

² Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso e Professora do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA/UFAM. Prof. Ms. Ariceneide Oliveira, da Silva

(2017), Almeida e Corso (2015), Larovere e Peres (2015), Capucho (2012), Freire (2011), Soares, Giovanetti e Gomes (2011), Paula e Oliveira (2011), among other references, which also contributed fundamentally to the development of the theme.

KEY WORDS: Knowledge. Youth and Adult Education. Importance of Reading.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa e discute *A Importância da Leitura na Educação de Jovens e Adultos (EJA)*, abordando a leitura como mecanismo indispensável ao desenvolvimento humano. A leitura se torna responsável por contribuir de maneira significativa na formação do aluno da EJA, ampliando seu conhecimento, despertando o sentido crítico, promovendo a interação, diversificando e expandindo seu olhar sobre o mundo. Nesse sentido, se faz necessário apresentar ao público da Educação de Jovens e Adultos a importância que a leitura representa as suas vidas.

Nesse contexto, o referido artigo traz como objetivos identificar a importância da leitura no ensino da EJA fundamentada em artigos científicos e referências bibliográficas, assim como refletir a importância da leitura para a modalidade e desenvolver propostas metodológicas de leitura para a Educação de Jovens e Adultos, propostas essas que possam ser significativas para o público-alvo.

A fundamentação teórica do presente artigo utilizou-se da metodologia de cunho qualitativo e bibliográfico com pesquisa bibliográfica a renomados teóricos e estudiosos da área, os quais afirmam com clareza a importância da temática para o crescimento educacional, social e profissional. Visando atingir os objetivos foi de suma importância abordar o panorama histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, ou seja, discutir como surgiu essa modalidade de ensino, apresentando resumidamente fatos e acontecimentos que foram marcantes para o processo de desenvolvimento da modalidade no decorrer da história, assim seguido da apresentação da EJA em documentos oficiais que garantem à modalidade direitos constituídos legalmente e, posteriormente teceu-se a importância da leitura na Educação de Jovens e Adultos no Brasil apresentando alguns entraves e possibilidades, e logo a seguir apresenta-se algumas políticas públicas de incentivo à leitura de caráter governamental e privado. Por fim, o artigo apresenta propostas metodológicas para o ensino da leitura na modalidade. Tais propostas têm um caráter relevante e significativo para alunos da EJA do Ensino Fundamental e Médio.

Diante do que foi proposto o trabalho promove uma reflexão sobre a prática da leitura se configurando como uma constante transformação de saber e enriquecimento intelectual. Cabe ainda ressaltar a contribuição da temática para um ensino de qualidade, uma vez que a inclusão da leitura na formação dos alunos da EJA, é fundamental para a integração dos mesmos em meio à sociedade e na formação como cidadão.

2. PANORAMA HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil não é recente, pois estudos comprovam que o sistema educacional de ensino tem início desde a fase Brasil Colônia com o trabalho de catequização, instrução e ensino das primeiras letras, realizado pelos padres jesuítas. Segundo Magnani (2001, p. 13) “com a chegada dos padres jesuítas ao Brasil, em 1549, inicia-se um tipo de educação baseada nas escolas de ler e escrever, com finalidades de catequese e instrução”. Observa-se nos estudos de Magnani que através da função de catequização e instrução aos povos o ensino elementar começou a ganhar seus primeiros indícios na história do Brasil.

Com o decorrer dos tempos, o processo de transformação da sociedade passou a exigir novas formas de adaptação para inserção ao novo contexto social. O desenvolvimento do país nos setores político, social e econômico atentou para uma formação mais qualificada trazendo consigo as exigências às práticas do trabalho e da aprendizagem. Dessa forma, a crescente demanda no processo de desenvolvimento contínuo da sociedade reivindicou ações práticas pelo acesso ao ensino. O processo de independência do País trouxe consigo novas preocupações a respeito do ensino elementar como sendo base para as novas exigências de trabalho e assim, estender as atividades do império, como se observa nos estudos de Paiva (1983, p. 60) “Parecia necessário dar maior atenção ao problema da instrução elementar, de forma imediata, a fim de ampliar a participação de brasileiros nas atividades do império”. A devida preocupação com a educação básica foi responsável pelas ações em torno do ensino, o qual começou a ser priorizado, devido à grande demanda nos trabalhos que cobravam uma maior participação do trabalhador brasileiro nas atividades do império.

Logo, a preocupação com o ensino de jovens e adultos passou a ser prioridade para o governo e demais instituições. Dessa forma, a extensa movimentação em torno da aprendizagem surtia grandes reflexos no setor social, ou seja, os avanços decorrentes da aprendizagem geravam mudanças em meio à sociedade, o que segundo Paiva (1983, p. 111)

destaca que “o clima de efervescência intelectual e de agitações sociais da década dos 20 refletia as transformações da sociedade brasileira”. O momento citado, possibilitou avanços educacionais no decorrer da história os quais vieram garantir numerosas conquistas para o ensino de Jovens e Adultos, conforme os estudos de Ribeiro (2001, p. 145):

Isto ocorreu em primeiro lugar, através da criação de uma série de órgãos, como o Instituto Nacional de Estudos pedagógicos (INEP,1938), Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, (SENAI,1942),Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC,1946), Conselho Nacional de Pesquisa (CNP,1951), Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES,1951), Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES, 1954), Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (1955), além de muitos outros de caráter suplementar e provisório, de iniciativa oficial ou particular.

Pode-se observar que as décadas de 40 e 50 do século XX foram produtivas para o setor educacional. Dessa maneira, foram traçadas respostas às demandas crescentes da sociedade, abrindo destaque aos programas de caráter profissionalizantes provindos de iniciativas públicas e privadas. O determinado momento veio a ser produtivo para o setor educacional e rapidamente começaram a surgir novas políticas voltadas à alfabetização de adultos, conforme aponta Piletti (2006, p.104) “Campanha de Educação de Adultos (CEAA), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), ambos patrocinados pelo Governo Federal”

Diante do exposto, observa-se as campanhas, movimentos e programas em torno da alfabetização de adultos que surtiram grande destaque em meio ao processo de ensino de jovens e adultos. Em um cenário marcado por grandes avanços no campo das políticas sociais que traziam consigo o problema do analfabetismo, a presença marcante e as ideias de Paulo Freire passam a ser referência no processo de ensino, de modo especial no campo da EJA, conforme os escritos de Paula e Oliveira (2011, p.18) “no Brasil, Paulo Freire e suas teorias passam a ser marco paradigmático na revolução do pensamento pedagógico como um todo e, mais especificamente, da EJA”.

Observa-se claramente nas palavras das autoras que as ideias de Freire, dão início a uma nova construção de pensamento pedagógico, uma perspectiva de mudança. Suas teorias passam então a ser fundamento em meio a todo processo de ensino aprendizagem e, em particular na Educação de Jovens e Adultos. O método adotado por Freire traz consigo um novo conceito de alfabetização, “cuja ideia básica é a adequação do processo educativo às características do meio” Piletti, (2006, p. 106). De acordo com Piletti, o método de alfabetização

adotado por Freire, estabelece relação entre contexto social e processo de aprendizagem do aluno. Para Paiva (1983, p. 251 e 252), “o povo emergia nesse processo, inserindo-se nele criticamente, querendo participar e decidir, abandonando a condição de objeto e passando a ser sujeito da história”. Isso significa que o método aplicado, provocava um conhecimento ou uma percepção de causa maior, fazendo-os a atuar de forma crítica.

Essa nova forma de pensamento que até então predominava em meio à sociedade, reivindicando os direitos humanos, foi surpreendida pela tomada do poder político, segundo os estudos de Paula e Oliveira (2011, p. 19) “a ditadura militar esvaziou as ações educativas de seu sentido ético, político e humanizador (como defendia FREIRE), atribuindo à educação escolar um caráter moralista e disciplinador”. É possível observar que a educação passa a vivenciar um período de grandes conflitos e perda de direitos até então adquiridos. Em meio à crise que se instalou no setor educacional, surge um movimento de alfabetização de adultos na tentativa de extinguir o problema do analfabetismo, como mostra os relatos de Paiva (1983, p. 292) “criado pela Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, o MOBREAL sucedeu a mobilização observada nos meses anteriores em relação ao problema da educação dos adultos”.

O novo movimento de educação implantado no período, visava alfabetizar de maneira funcional, ou seja, a alfabetização procurava destacar o simples conhecimento das letras e da escrita, não se propondo a oferecer uma formação mais abrangente. “O MOBREAL centralizou as iniciativas, como órgão de concepção e de execução, restringindo o conceito de alfabetização à habilidade de aprender a ler e a escrever” Almeida & Corso (2015, p.1290). No entanto, “em 1985, o MOBREAL foi extinto e foi substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Fundação Educar”, Hadadd e Di Pierro (2000, p.120).

Transcorrendo a história, a Educação de Jovens e Adultos chega aos anos 1990 e 2000 com os mesmos desafios de anos anteriores, buscando reconhecimento e igualdade de ensino com implantações de novos projetos voltados ao público adulto, os quais se comprovam nos estudos de Almeida e Corso (2015, p. 1293):

Brasil Alfabetizado, Saberes da Terra, PROEJA, Escola de Fábrica, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA), Plano Nacional de Qualificação (PNQ), Agente Jovem, Soldado Cidadão, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE).

Todos esses programas visam em particular, não somente o avanço contínuo na modalidade, mas concentram-se na erradicação do analfabetismo, na formação e capacitação profissional dos jovens estudantes e trabalhadores.

2.1 EJA EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Com a Constituição Federal de 1988 a Educação de Jovens e Adultos enuncia condição através de direito garantido pelo Estado, o qual estende o direito à educação a todos os que não tiveram acesso ao ensino na idade apropriada, conforme Art. 208 da referida lei:

O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: (EC nº 14/96 e EC nº 53/2006);

§ I – Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Analisando os escritos pode-se concluir que a Educação de Jovens e Adultos passa a ser entendida, não mais como suplementar, mas como um direito estendido a todo cidadão. O Estado aumentou seu compromisso com o ensino, assegurando o direito à educação a todos.

É através da divulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394 de 1996, que são reiterados os direitos educativos do jovem ao ensino, conciliando suas necessidades próprias e, ainda atribuindo ao ensino de jovens e adultos uma nova identidade e também estabelecendo responsabilidades ao Poder Público com garantia de acesso e permanência ao ensino, conforme Art. 37 e 38 da referida lei:

Art. 37. A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, e constituirá instrumento para a educação e aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º- Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º- O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ I- Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

O favorecimento de um cenário mais propício abre caminhos para as demandas educacionais normativas, que segundo Costa e Machado (2017, p.57)) “vão se materializando

em decretos, pareceres, resoluções e portarias, conceitos e princípios”. As ações no âmbito legislativo se voltam para importantes ações no acesso ao sistema educacional da EJA. Dessa forma, faz-se necessário abordar alguns documentos que regem a Educação de Jovens e Adultos, no âmbito legislativo, os quais são descritos nos estudos de Paula e Oliveira (2011, p. 28):

Parecer nº 5/1997 do Conselho Nacional de Educação (CNE) – Aborda a questão da denominação “Educação de Jovens e Adultos” e “Ensino Supletivo”, define os limites de idade fixados para que jovens e adultos se submetam a exames supletivos; define as competências dos sistemas de ensino e explicita as possibilidades de certificação.

Parecer nº 12/1997 do Conselho Nacional de educação (CNE) – Elucida dúvidas sobre cursos e exames supletivos entre outras.

Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação, estabelecendo objetivos e metas para as diferentes etapas e modalidades do sistema de ensino, assim como para aspectos relacionados valorização e formação dos profissionais e ao financiamento da educação.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, garantindo a sua especificidade e, portanto, flexibilizando sua estrutura e organização quanto à definição de programas e currículos.

Parecer CNE/CEB nº 11/2000 - Documento referencial para a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Estabelece as funções da EJA (reparadora, equalizadora e qualificadora); estabelece limites de idade; por fim, reafirma a necessidade de contextualização das propostas curriculares, destacando os princípios de proporção, equidade e diferença.

E ainda cabe destacar quanto ao (PNE 2014, p. 13) que apresenta as Diretrizes para a superação das desigualdades educacionais: “I- Erradicação do analfabetismo, II- Universalização do atendimento escolar, III- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

Em vista dos documentos citados, os quais amparam a modalidade, é preciso entender que nada disso será suficiente se essas ações não garantirem mudanças junto à modalidade. O comprometimento com a Educação de Jovens e Adultos deve estar realmente inserido no processo de mudança e qualificação.

3. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL: ENTRAVES E POSSIBILIDADES

Sabe-se que a leitura é de suma importância para o desenvolvimento do ser humano, pois possibilita a ampliação do conhecimento, com isso, o educando estará sempre se aperfeiçoando e adquirindo novos saberes. Por ser uma questão relevante para o desenvolvimento do ser humano, a leitura se faz urgente e necessária ao público da EJA, o qual em boa parte retorna às salas de aula apenas para uma simples certificação, sem propósitos maiores que os levem a um conhecimento mais amplo.

A importância da leitura na Educação de Jovens e Adultos no Brasil se caracteriza por levar a esses educandos o despertar de um pensamento crítico que os impulsionem a buscar uma nova perspectiva de vida e um novo olhar sobre o mundo, pois a falta de leitura poderá acarretar aos mesmos um imenso fracasso enquanto aluno e conseqüentemente, um fracasso enquanto cidadão. Dessa forma, Magnani (2001, p.11) mostra que “a falta de hábito de leitura tem sido apontada como uma das causas do fracasso escolar do aluno, e em conseqüência, do seu fracasso enquanto cidadão”. Nas palavras da autora observa-se como a insuficiência da leitura prejudica o empenho educacional do aluno e conseqüentemente prejudica seu êxito enquanto cidadão. A esse respeito, Martins (2007, p.25) ainda ressalta que “a leitura seria a ponte para o processo educacional eficiente, proporcionando a formação integral do indivíduo”. Diante do estudo, percebe-se, no entanto, que o domínio da leitura assegura ao homem sua inserção integral em meio a sociedade, adquirindo assim os devidos conhecimentos que se faz necessário à formação efetiva enquanto cidadão.

Conforme, os descritos anteriores, a leitura enquanto relevante ao público da EJA, se faz necessária e imediata para que estes busquem sempre uma formação que lhes garanta oportunidades nos setores pessoal, social e profissional. Nesse sentido, os PCNs (1997, p.43) destacam que “a leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal”. Como se observa, a leitura se firmará sempre como uma busca ilimitada, uma forma de produção do conhecimento, a qual tem em toda sua expressão uma fonte de informação maior. A importância da leitura se faz presente nesse processo de informação, despertando ou até mesmo provocando uma ação maior por parte do educando. O despertar do aluno para essa realidade é de suma importância para que o mesmo possa vir desenvolver uma formação intelectual, conseqüentemente, possibilitando seu crescimento pessoal e profissional, para que assim, venha ter acesso a boas oportunidades, participar da vida em sociedade e conhecer seus direitos e deveres enquanto cidadão.

Diante dessa perspectiva se faz imprescindível verificar os entraves ou fatores que impedem aos alunos de desenvolverem o processo de leitura no ambiente escolar e as inúmeras possibilidades de acesso à leitura nos espaços escolares e também extraescolares.

A unidade escolar tem uma parcela importante de responsabilidade para com o desenvolvimento do aluno, portanto se faz necessário discutir a importância da escola em proporcionar a esses alunos uma prática de leitura saudável e significativa. Nesse contexto, os PCNs (1997, p.42) salientam que “a escola deve oferecer materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leitura eficazes”. Fica evidente como os PCNs destacam o papel da escola como responsável em propiciar aos alunos meios e condições para práticas de leitura eficazes, que alcancem o objetivo esperado. Portanto, se o espaço escolar não dispõe de condições necessárias às práticas saudáveis de leitura, logo esse espaço poderá vir a se tornar um grande entrave no processo de desenvolvimento do ato de ler.

É indispensável que se promova um trabalho produtivo da leitura nos ambientes escolares, a fim de contribuir para a formação do aluno, mostrando aos mesmos, significados que vão além de uma simples leitura. “Uma prática de leitura que não desperte e não cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente” PCNs (1997, p.43). Mediante ao estudo, nota-se que uma atividade de leitura que não apresenta um significado maior ao aluno ou não traz a esse aluno um sentido de grande valia, é considerada insuficiente, pelo fato de não atribuir ao aluno conhecimentos necessários a sua aprendizagem. Ainda nessa perspectiva, Soares, Giovanetti e Gomes (2011, p. 65) reforçam o papel da escola na extensão do conhecimento e salientam que, “sabendo dos limites da escola, podemos afirmar com Paulo Freire que a tarefa pedagógica da escola é ampliar nos jovens alunos a sua condição de humanos”. Observa-se nas palavras dos autores que, cabe à escola o dever de aprimorar o conhecimento para que estes desenvolvam uma formação integral.

Um outro fator que impede o desenvolvimento eficaz da leitura se refere quanto ao papel do professor, o mediador responsável pela aquisição da leitura em sala de aula, portanto cabe a ele mediar e fazer parte desse conhecimento. Para Geraldi (2009, p.118), “a leitura é um diálogo, que na escola se dá entre aluno e texto, mas do qual o professor não pode ser mera testemunha. Mediador de leituras, cabe ao professor um papel ativo nesse processo”. Analisa-se a importância do professor em fazer parte desse processo de conhecimento, ele é a figura central que deve dar a leitura a devida importância, é ele o grande incentivador da leitura e deve estar sempre comprometido com a prática da mesma, apresentando sempre novas propostas, estimulando aos alunos a participarem de um processo ativo de leitura e direcionando-os a boas práticas de leitura.

A leitura para a Educação de Jovens e Adultos deve ser trabalhada como algo realmente significativo, dinâmico, buscando sempre despertar nos alunos a importância da prática da leitura as suas vidas, já que essa prática é capaz de contribuir significativamente para o conhecimento e aprendizagem dos mesmos. Como é sabido o público da EJA, é um público diferenciado que muitas vezes carrega sobre si inúmeros fracassos que o torna desmotivado, é, portanto, nesse exato momento que o papel do professor deve sobressair, deixando claro sua referência enquanto educador e mediador nesse processo de ensino, promovendo assim diversas formas que possam impulsionar e estimular o aluno ao conhecimento e principalmente apresentar a eles a possibilidade de certeza no aprendizado.

Os alunos da EJA, em função de fracassos anteriores possuem, muitas vezes, uma baixa autoestima; portanto, precisam ser motivados, e o educador deverá buscar diferentes maneiras de promover e despertar o interesse e o entusiasmo e acima de tudo mostrar a esses alunos que é possível aprender (SCHWARTZ, 2010, p. 13).

A incapacidade de muitos docentes dificulta o processo de ensino em meio às turmas de EJA. Essa incapacidade dificulta avanços na aprendizagem, conseqüentemente na temática da leitura, tão logo, impede ao aluno de ampliar seu conhecimento. Schwartz (2010, p.84) ainda salienta que, “o fazer do professor precisa incluir, selecionar, priorizar, organizar, planejar, articular, tornar lógico o conhecimento, desenvolvendo estratégias de reconstruí-lo com os alunos”. Um profissional despreparado, que pouco conhece, desprovido de recursos para conduzir seus alunos ao universo da leitura, que desconhece técnicas e metodologias adequadas não se efetivará nesse processo. Diante do exposto, é necessário que o docente contribua para a formação de pessoas criativas, capazes de realizar, questionar e também transformar sua realidade, conforme aponta Capucho (2012, p.66):

Esse campo exige de seus profissionais um olhar diferenciado para as necessidades de aprendizagem dos diferentes públicos presentes em sala de aula, formulação de propostas de políticas pedagógicas flexíveis aos diferentes contextos nos quais se efetiva a prática, domínio de temas emergentes, pertinentes às necessidades dos estudantes e de suas comunidades, bem como o domínio dos conteúdos de área e metodologias adequadas às diferentes faixas etárias que a EJA engloba.

O comprometimento do docente para com os alunos exige de si uma atenção maior, portanto, se faz necessário trabalhar com temas relacionados à realidade de seus alunos e ter total domínio de conteúdos e metodologias aplicadas. “O trabalho com leitura deve ser diário. Há inúmeras possibilidades para isso” (PCNs 1997, p. 44). As diversas possibilidades de leitura na escola devem estar sempre ao alcance dos alunos, para que assim, eles possam sentir a

necessidade de conhecer a fundo o universo encantador que a leitura por vezes proporciona. É possível assegurar que a leitura, assim como as demais aprendizagens, faça parte do cotidiano do aluno. Para isso é necessário criar e possibilitar uma interação maior do aluno com a leitura, através de espaços reservados, uso de textos variados com diferentes autores, leituras oral e silenciosa, representações teatrais, debates com ideias produtivas, fazer uso diário da biblioteca, enfim, as escolas em união com os docentes podem proporcionar várias maneiras criativas de apresentar o universo encantador que a leitura pode oferecer a seus alunos.

Transformar uma simples leitura em algo maior e melhor pode se tornar possível à medida que os ambientes escolares e os docentes proporcionem ideias criativas de leitura a seus estudantes. A necessidade de organização com o trabalho educativo é imprescindível e de grande relevância quando o aluno não usufrui de um contato familiar e íntimo com as práticas de leitura, portanto, cabe à escola o dever de ofertar ao educando instrumentos de qualidade, exemplos de ótimos leitores e práticas de leitura que sejam eficientes. A essa perspectiva, os PCNs salientam quanto à preparação nas tarefas educativas, a fim de que estas possam ser vivenciadas e praticadas no espaço escolar, sobretudo, quando o corpo estudantil traz consigo, um contexto improdutivo da leitura.

É preciso organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola. Principalmente quando os alunos não têm contato sistemático com bons materiais de leitura e com adultos leitores, quando não participam de práticas onde ler é indispensável, a escola deve oferecer materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leitura eficazes, PCNs (1997, p.41-42)

Sabe-se que a escola é um dos principais locais destinados à formação de leitores, conforme destaca os PCNs acima, mas em se tratando de um tema abrangente como a leitura, pode-se convir que a mesma não pode está limitada tão somente às estruturas escolares. A temática abrangente da leitura, pode permitir que espaços extraescolares também comecem a ganhar evidências e venham se tornar referências quanto à prática desta. A utilização de parques, praças públicas, hospitais, bibliotecas públicas, espaços recreativos, igreja, enfim uma infinidade de ambientes como os que foram citados podem ser utilizados como mediadores às possíveis práticas de leitura. De acordo com Larovere e Peres (2015, p.02) “as experiências de leitura podem ocorrer em diferentes contextos, por meio dos mais variados suportes de leitura”. Essa variedade de espaços extraescolares para o desenvolvimento da leitura é necessária e importante para que haja maior interação e desenvolvimento da temática no meio social, descartando a ideia de leitura limitada aos ambientes educacionais. Quando se tem opção de

espaço, pessoas capacitadas e com empenho os novos leitores podem ser conquistados e um trabalho positivo poderá acontecer.

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO DA LEITURA NA EJA

Diante da importância que a leitura representa para o conhecimento humano, a mesma vem sendo incentivada por diversas instituições ao longo dos tempos, como forma de compromisso social em favor da cidadania. Nesse sentido, de compromisso social, caberá às instituições, especialmente as governamentais, elaborar e implementar políticas públicas voltadas ao incentivo da leitura, de maneira que se consolide uma sociedade que realmente valorize o ato de ler.

Ao discutir sobre políticas públicas de fomento à leitura se faz necessária a construção de um conceito que a defina como importante ao bem comum. Nesse ponto de vista, Lopes e Amaral (2008, p.05) destacam que, “Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”. Percebe-se nesse conceito, o importante papel que as políticas públicas têm em meio à sociedade, os quais asseguram melhorias futuras ao bem comum da sociedade.

Contudo, se faz necessário analisar e conhecer algumas ações de incentivo à leitura implementadas ao longo dos anos pelos órgãos oficiais brasileiros. Diante da grande importância e da necessidade de leitura em meio a crianças, jovens e adultos, algumas medidas vêm sendo tomadas em forma de políticas de incentivo à leitura e ao livro com a implantação de alguns programas que visam a importância da temática.

- Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER.

O Programa Nacional de Incentivo à leitura (PROLER) tem por finalidade contribuir para a ampliação do direito à leitura, promovendo condições de acesso a práticas de leitura e de escritas críticas e criativas. Isto implica articular a leitura com outras expressões culturais, propiciar o acesso a materiais escritos, abrir novos espaços de leitura e integrar as práticas de leitura aos hábitos espontâneos da sociedade, constituindo, dentro e fora da biblioteca e escola, uma sociedade leitora na qual a participação dos cidadãos no processo democrático seja efetiva. Criado pelo Decreto nº 519 de 13 de maio de 1992, o Programa Nacional de Incentivo à leitura (PROLER), pretende cada vez mais ser uma rede referência em valorização social da leitura e da escrita, presente em todo país, com qualidade, diversidade e inovação. (PROLER – CULTURA DIGITAL).

O PROLER, reconhecendo a importância da leitura para o desenvolvimento social, procura descentralizá-la da estrutura escolar, ou seja, o programa procura promover a leitura além dos muros escolares. Nesse sentido, Cordeiro (2018, p.10), destaca que “o programa atua visando construir práticas de leitura efetivas, apresentando concepções que mostram a leitura e a literatura como práticas culturais que ultrapassam os muros escolares”. Como é possível observar, a leitura como forma cultural deve ir ao encontro da sociedade, ultrapassando as barreiras escolares e promovendo a aproximação da sociedade à leitura. Contudo, procurando atender a demanda da sociedade por políticas mais participativas o programa conta com o apoio de várias entidades por meio de uma rede de comitês presentes nas diversas regiões do país, conforme os escritos abaixo:

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura atua por meio de uma rede de comitês sediados em prefeituras, secretarias de estado e municípios, fundações culturais ou educacionais, universidades e outras entidades públicas e privadas. Ao todo, são 87 comitês pelo Brasil, sendo 11 na região norte, 26 na região nordeste, 7 na região centro oeste, 26 na região sudeste e 17 na região sul, (PROLER – CULTURA DIGITAL).

- Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE

O Ministério da Educação (MEC) tendo em vista o objetivo de promover o acesso e o incentivo à leitura, desenvolve o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). O programa, segundo Ministério da Educação, “desenvolvido desde 1997, tem objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência”. Com a intenção de contribuir para a formação de leitores, o programa visa atingir a comunidade escolar com a participação de alunos e professores, disponibilizando aos mesmos o acesso gratuito ao livro de literatura e de referência.

Quanto à distribuição do acervo, conforme o MEC, “o atendimento era feito de forma alternada, contemplando as escolas de educação infantil, fundamental, educação de jovens e adultos (EJA) ou ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio”. Com as mudanças ocorridas ao longo do programa a realidade do atendimento acarretou mudanças necessárias e ainda, segundo o MEC, “hoje o atendimento é universal e gratuita a todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no censo escolar”. O programa veio adequando-se à realidade, o que gerou alterações em sua estrutura e quanto a seu atendimento, que de início se apresentava de forma limitada a algumas áreas do ensino. Com as devidas mudanças ocorridas no decorrer

de sua implantação o programa se estendeu a outras áreas do ensino educacional de forma significativa:

A partir de 2005, o programa foi sendo, ano a ano, ampliado. Atende, atualmente, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA); também envia às escolas materiais de apoio pedagógico, bem como obras de atualização profissional; ainda há a seleção de livros em Braille, com caractere ampliado, em áudio e DVD. A seleção de tais obras contribui significativamente para a democratização da leitura, visto que atende também os alunos com necessidades educacionais especiais, (CORDEIRO 2018, p.13).

- Programa Arca das Letras

“O programa de Bibliotecas Rurais, Arca das Letras, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) foi criado em 2003, e desde então vem contribuindo para que a população rural no Brasil tenha mais acesso ao livro” (MDA - ARCA DAS LETRAS). O programa garante o acesso ao livro às populações rurais espalhadas pelo Brasil, as quais em sua grande parte são excluídas do contexto social. Dessa forma, o programa garante a diversas comunidades rurais uma oportunidade maior de conhecimento, através dos livros.

O programa atua na democratização do acesso ao conhecimento junto às comunidades beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, assentados da reforma agrária, comunidades de pescadores, quilombolas, indígenas, extrativistas, populações ribeirinhas e os centros de formações por Alternâncias (CEFFA's). Desde sua implantação o programa conta com uma rede de parcerias nas esferas governamentais, não governamentais e sociedade civil para confecção de móveis arca e doação de acervos bibliográficos. No contexto em que o País não dispõe ainda de bibliotecas públicas em todos seus municípios, o programa surgiu com mecanismos de apoio oferecendo condições de acesso ao livro e estímulo à leitura no meio rural, desempenhando uma ação histórica de participação comunitária na democratização da leitura (MDA-ARCA DAS LETRAS).

Sabendo que o País não dispõe de grande número de bibliotecas públicas em grande parte de seus municípios, o programa serve como forma de apoio, ofertando condições e estimulando às comunidades rurais que residem distantes do meio urbano, a possibilidade de participar de um conhecimento maior, adquirido através dos livros, sendo assim, tornando acessível a participação dos mesmos no processo de leitura. Sabendo da importância da leitura no processo de conhecimento, vale refletir sobre a devida temática no meio rural.

Dessa forma, ressalta-se a importância do Programa Arca das Letras nas comunidades do campo, o qual leva a temática da leitura a povos distintos da zona rural. A implantação do programa que leva a leitura às comunidades rurais é capaz de promover mudanças no contexto social desses povos, promovendo melhorias no cotidiano dos mesmos. A maioria dessas

populações por viverem de forma muito precária, são muitas vezes excluídas de seus direitos como cidadão. Portanto, priorizar políticas públicas que promovam o conhecimento de melhorias em benefício dessas populações, torna-se de suma importância para que a condição de precariedade seja eliminada do meio rural.

- Plano Nacional do Livro e Leitura:

O Plano Nacional do Livro e Leitura teve sua origem com a criação do ano Ibero-Americano da Leitura em 2005, que culminou com a criação do Prêmio Viva Leitura. A partir do quê, durante os anos de 2005 e 2006, em todo o País, organizaram-se mais de 150 reuniões, onde sugestões valiosas e fundamentais, foram propostas com o propósito de elaborar um plano de governo. Participaram desses debates representantes de todas as cadeias produtivas do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral (MINISTERIO DA CULTURA – SNBP).

Analisa-se que o PNLL, foi um plano em grande escala, que englobou uma grande camada da sociedade civil envolvida com toda a produção do livro. Um plano extenso, elaborado através de encontros e reuniões ao longo de quase um ano. O Plano, segundo o Ministério da Cultura, estabelece através de suas diretrizes “democratização do acesso, fomento à leitura e a formação de mediadores, valorização institucional da leitura, e incremento de seu valor simbólico, desenvolvimento da economia do livro”. As diretrizes do plano que envolvem a política pública voltada à leitura destacam os meios de acesso ao livro com objetivo de formar leitores.

A partir dos programas citados, verifica-se uma grande preocupação com a temática da leitura por parte do governo e das entidades, mas apesar do empenho em elevar e levar à temática ao conhecimento a uma boa parte da sociedade com a criação de programas que viabilizem a questão, se faz necessário uma política que seja realmente comprometida com os resultados obtidos, com as análises das melhorias, afirmar quanto aos objetivos dos programas e, se os mesmos estão sendo alcançados. As implementações de políticas no âmbito da leitura devem ser executadas tendo em vista resultados eficientes dos programas. Nesse sentido, é de suma importância o acompanhamento junto aos programas, fazendo uma análise pensando na efetividade desses programas. É preciso desenvolver políticas, na qual a leitura realmente seja referência e surta o efeito desejado.

5. PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE LEITURA PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Se faz necessário ressaltar que a leitura é a base do conhecimento, é ela que condiciona o indivíduo a experiências maiores, a saberes que se estendem além de um simples conhecimento das palavras. Nessa perspectiva, Freire (2011, p. 19), salienta, “a compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” Observa-se com clareza nas palavras de Freire que a leitura tem o poder de proporcionar ao educando a possibilidade de refletir sobre este determinado mundo que está a sua volta, de forma que o leve a observar esse mesmo mundo com um olhar diferenciado. Portanto, a leitura além de uma simples decodificação da palavra escrita, traz consigo a descoberta de novas ideias, apresenta o poder de opinar e refletir sobre o que está sendo lido, e assim, diante do poder que a leitura apresenta, se faz necessário criar atividades de leitura que possam ser desenvolvidas no contexto escolar da Educação de Jovens e Adultos. Aqui seguem algumas propostas de atividades que considero ser significativas para esse público.

1º Atividade – Leitura de Poemas da escritora Cecília Meireles: **Este é o lenço, Motivo, Retrato, Cenário, Lua adversa, Recado aos amigos distantes.**

- Modalidade: Ensino Fundamental II.
- Duração da atividade: 03 aulas.
- Dados da Aula: Leitura do poema “Este é o lenço” da escritora Cecília Meireles. Iniciar a aula com uma apresentação da escritora. Em seguida realizar a análise do poema lido. A proposta da atividade Leitura de Poemas da Escritora Cecília Meireles, pode ser realizada em grupos, cada grupo receberá um dos poemas a serem trabalhados, onde os mesmos deverão ler, discutir em grupos as temáticas e em seguida fazer a apresentação para os colegas.
- Sugestões para as apresentações: 05 poemas a seguir farão parte da atividade: **Motivo, Retrato, Cenário, Lua adversa, Recado aos amigos.** Os alunos poderão abordar os poemas de forma dinâmica através de declamações, encenações, leitura compartilhada.
- Justificativa: A escolha da atividade com os poemas de Cecília Meireles poderá proporcionar aos alunos uma reflexão muito forte, pela riqueza de sentimentos que são marcantes em suas obras, por abordar um mundo de sonhos e fantasias, portanto os alunos poderão trabalhar essa atividade de leitura de uma forma muito prazerosa e conhecer o universo místico que a escritora traz em seus poemas.

2º Atividade – Leitura de Contos do Escritor Machado de Assis: **A cartomante, O espelho, Missa do galo, Um homem célebre, O enfermeiro.**

- Modalidade: Ensino Médio.
- Duração da Atividade: 03 a 04 aulas.
- Dados da Aula: Proposta da atividade Leitura de Contos do Escritor Machado de Assis: **A cartomante, O espelho, Missa do galo, Um homem célebre, O enfermeiro.** Iniciar a aula fazendo a apresentação do escritor Machado de Assis, na sequência faz-se apresentação dos contos a serem lidos, em seguida propõe-se a divisão de grupos e sorteio dos contos para o desenvolvimento da atividade, que contará com a leitura dos contos e discussão nos grupos sobre as temáticas desenvolvidas, por fim os grupos farão a apresentação dos contos para a turma.
- Sugestões para as apresentações: Os contos podem ser trabalhados de várias formas: notícias jornalísticas, encenação, leitura dinâmica e compartilhada.
- Justificativa: É importante e apresentar o trabalho do Escritor Machado de Assis a esse público, pelo motivo do escritor abordar em suas obras temáticas relacionadas com o comportamento e convívio da sociedade como: o ciúme, a paixão, a ambição, o mistério, adultério, prestígio social, enfim, críticas que poderá trazer uma reflexão muito significativa ao público da EJA.

3º Atividade – Leitura Ilustrativa.

- Modalidade: Ensino Fundamental II
- Tempo necessário: 01 a 02 aulas;
- Dados da Aula: O primeiro momento da atividade inicia-se com a apresentação de um vídeo com imagens diversificadas, relacionadas a lugares, pessoas e trabalho. Logo após a exposição do vídeo far-se-á questionamentos sobre a leitura através das imagens, para que os alunos possam perceber a leitura através das ilustrações e suas inúmeras interpretações.
- Sugestões para as atividades: Expor duas ou três imagens ilustrativas relacionadas a temas da atualidade e ao cotidiano para que assim os alunos venham desenvolver leituras através das ilustrações. (A NARRATIVA POR IMAGEM – PORTAL DO PROFESSOR).
- Justificativa: A leitura de imagens traz um poder de interpretação muito forte e direciona esse aluno a criar uma diversidade de situações e contextos e, assim ativa o desenvolvimento da criatividade.

4º Atividade - Leitura Instrucional.

Os textos instrucionais estão entre aqueles de maior difusão social aparecem nos mais variados produtos, desde aparelhos eletrodomésticos, brinquedos, até nos rótulos de produtos de higiene e cuidado pessoal e nas caixas de remédio, neste caso em forma de bula. (A LEITURA DE TEXTOS INSTRUCIONAIS - EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO).

- Modalidade: Ensino Fundamental II
- Duração da Atividade: 02 aulas.
- Dados da Aula: O primeiro momento para a devida atividade ocorrerá com a exposição de alguns textos instrucionais: bula de remédios, Estatuto do Idoso, Direitos do Cidadão e da Criança, receitas culinárias. A seguir dar-se-á explanação do tema, abrindo questionamentos sobre a importância das informações contidas nos textos. O terceiro momento acontecerá com a divisão de grupos e escolha dos textos para que possam ler e discutir entre si a importância de seguir as informações encontradas nos textos, e logo após abrir o discurso para a turma.
- Sugestões: Trabalhar colhendo informações sobre: O Estatuto do Idoso, Direitos do Cidadão, Direitos da Criança, bulas de remédios e receitas culinárias. Para a última sugestão sobre receitas culinárias, propõe-se à prática desta, motivando aos alunos o preparo de uma receita culinária que acontecerá no espaço educativo, sendo necessário a utilização da cozinha escolar.
- Justificativa: É necessário trabalhar textos que tragam informações necessárias e importantes para o cotidiano do público da EJA, assim poderão perceber a importância da informação e a contribuição desta para o crescimento social e educacional dos mesmos.

6. CONCLUSÃO:

O intitulado artigo possibilitou-me maior afirmação sobre a importância da leitura para a modalidade da EJA. O interesse em desenvolver a devida temática se deu através do Estágio Supervisionado de Observação, o qual proporcionou-me perceber a ineficácia da leitura e os inúmeros problemas acarretados pela falta desta em meio à modalidade. Diante disso, pude perceber como a leitura e o incentivo a ela são importantes, pois é através do contato assíduo com a leitura que podemos formar bons alunos e excelentes cidadãos cientes do seu papel. As referências, as quais foram base para este artigo trazem a leitura como parte fundamental do conhecimento humano, é ela que abre possibilidades de um novo caminho, de um novo mundo,

é ela que proporciona um novo direcionamento de vida, uma nova forma de pensar e perceber e que jamais pode estar limitada a um simples conhecimento da palavra.

A leitura enquanto tema abrangente deve se ocupar de um destaque maior em meio aos alunos da Educação de Jovens e Adultos. É preciso mostrar que o ato de ler se alonga além das palavras, que os textos constroem relação com o mundo atual, que a produtividade vai ganhando vida. Nesse processo de significação da leitura, não somente o espaço educativo como o corpo docente e os órgãos que se empenham em favor da leitura são partes fundamentais no processo de desenvolvimento da temática enquanto significado maior.

Portanto, constata-se que a leitura é o elemento essencial para a construção de um pensamento crítico, e para o desenvolvimento pleno da cidadania, e mediante ao empenho e ao trabalho em conjunto com todos os envolvidos no processo de desenvolvimento da temática podemos trabalhar e promover sua importância em meio a sociedade escolar, especialmente na Educação de Jovens e Adultos.

7. REFERÊNCIAS:

A LEITURA DE TEXTOS INSTRUCIONAIS – Educação e Participação. Disponível em: <http://educacaoeparticipacao.org.br/oficinas/a-leitura-de-textos-instrucionais/>. Acesso em maio de 2019.

ALMEIDA, Adriana de. CORSO, Ângela Maria. **A Educação de Jovens e Adultos: Aspectos Históricos e Sociais**. III Seminário de Representações Sociais – Educação. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf. Acesso em abril de 2019.

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 64/94.- Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa – 1º a 4º séries**, Brasília, 1997.

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, Claudia Borges. MACHADO, Maria Margarida. **Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. P. 51 ed, São Paulo: Cortez, 2011.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e Ensino: exercícios de militância e divulgação**. 2º ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

HADADD, Sérgio & DIPIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista brasileira de educação**, São Paulo, n.14, p.108-130, mai-ago. 2000.

LAROVERE, Andrea Del. PERES, Selma Martinês. **Experiências de Leitura de Alunos no Contexto Escolar e Extraescolar**. 37 Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/experiencias-de-leitura-de-alunos-no-contexto-escolar-e-extraescolar>. Acesso em maio de 2019.

LOPES, Brenner e AMARAL Jefferson Ney. **Políticas Públicas Conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Ed. Eletrônica, 2008. Disponível em: www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais%20DE%20POLITICAS%20PUBLICAS.Pdf. Acesso em maio de 2019.

MAGNANI, Maria do Rosário Motatti. **Leitura, literatura e escola**. São Paulo: Fontes, 2001.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo, Brasiliense, 19 ed.1994.

MINISTÉRIO DA CULTURA - SNBP. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/pnll/>. Acesso em maio de 2019.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa Nacional Biblioteca da Escola. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/>. Acesso em abril de 2019.

NARRATIVA POR IMAGEM - Portal do Professor. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/ficha_Tecnicaaula.html?aula=18672. Acesso em maio de 2019.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

PAULA, Claudia Regina de. OLIVEIRA, Márcia Cristina de. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Ibpx, 2011.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2006.

PROGRAMA de Bibliotecas Rurais Arca das Letras/ manual- MDA. Disponível em : http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/programa_Arca_das_Letras_2014.pdf. Acesso em maio de 2019.

PROLER/ **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. Disponível em: <http://proler.culturadigital.br/>. Acesso em maio de 2019.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**.17 ed. Campina, SP: editora Autores associados, 2001.Ática, 2000.

SOARES, Leôncio., GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de., GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de Jovens e Adultos: teoria e prática**. Petrópolis, Rj: vozes 2010.